

**Religião, história e política no pensamento de Thomaz Pompeu de Souza Brasil:
cosmopolitismo, pragmatismo e inserção local**

Marcos José Diniz.*

Resumo

O objetivo deste trabalho é a reflexão em torno contribuição intelectual de Thomaz Pompeu de Souza Brasil, em três fases de sua vida, representadas em três de seus trabalhos, entre três décadas finais do século XIX e três primeiras décadas do século XX. Procura-se nelas perceber as linhas de continuidade de suas perspectivas filosóficas e políticas, da juventude à maturidade, permeadas por concepções positivistas, empirista-experimentalistas e pragmáticas, absorvidas numa vida cosmopolita e aplicadas à realidade cearense.

Palavras-chaves: religião, história, política, intelectual

Abstract

The purpose of this study is the reflection around intellectual contribution Thomaz Pompeu de Souza of Brazil in three stages of his life, represented in three of his works from end three decades of the nineteenth century and the first three decades of the twentieth century. It seeks to understand the lines of them continuing their political and philosophical perspectives, youth to maturity, permeated by concepts positivist, empiricist-experimental and pragmatic, absorbed a cosmopolitan life and applied to the reality Ceará.

Key-word: religion, history, political, intellectual

É consenso nos meios acadêmico e literário cearense o reconhecimento dos dotes intelectuais de Thomaz Pompeu (Filho), sobretudo seu vasto conhecimento, chegando a ser visto como homem de saber enciclopédico¹. Sua atuação em diversas áreas do saber, do ensino, da política e da administração, bem como na diversidade temática de seus trabalhos, não deixam dúvidas quanto às assertivas de seus contemporâneos e biógrafos.

* Historiador, professor do Curso de História da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central /FECLESC, da Universidade Estadual do Ceará /UECE. Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará.

Ao pensar sua trajetória intelectual, os analistas costumam pontuar o Thomaz Pompeu da juventude, militante do jornal *Fraternidade*, maçônico e anticlerical, no início da década de 1870; e o Thomaz Pompeu maduro, político, professor, administrador e pensador. No entanto, poderíamos aventar a possibilidade de análise menos rigidamente classificatória e de ruptura em sua trajetória intelectual, tendo em vista que se percebe em seus trabalhos, uma coerência em sua perspectiva filosófico-política, de tal modo que, de permeio entre os albores da juventude e o outonal da madureza, a serenidade intelectual do renomado pensador não lhe apaga as fibras originais constituídas pelos elementos sócio-ambientais e culturais que lhe determinaram em grande medida sua vida e obra. Isso nos leva a propor que, visitando alguns trabalhos de Thomaz Pompeu em três momentos distintos de sua vida, podem-se reconhecer neles as permanências das linhas mestras de seu pensamento.

Proponho-me, então, a tarefa de examinar os seguintes trabalhos do autor: “Soberania Popular”, conferência pronunciada na Escola Popular e transcrita para o jornal *Fraternidade*²; o Discurso de posse como sócio efetivo do Instituto do Ceará³ e o extenso artigo “Qual a melhor forma de governo? Aspirações reformadoras”⁴.

A razão da escolha de tais trabalhos, dentre as tantas e relevantes contribuições de Thomaz Pompeu, prende-se a dois critérios complementares. O primeiro é o cronológico, tendo em vista que aborda os inícios de sua atividade intelectual, especialmente no jornal maçônico *Fraternidade*, em torno dos vinte e um anos; sua fase mais madura aos trinta e sete anos, com o reconhecimento de seus pares e seu ingresso no Instituto do Ceará; finalizando com o artigo, praticamente um ensaio, que caracteriza o pensador lúcido e vigoroso, aos setenta e seis anos, meses antes de sua morte.

Tal critério crono-biológico não permite apenas esclarecer quão precoce e produtivo foi Thomaz Pompeu. Porém guarda uma sincronia filosófico-doutrinária que esclarece o cidadão, o intelectual, o pensador. Isso nos leva ao segundo critério, que é o temático. Observa-se que a obra de Thomaz Pompeu, embora vasta, ressentiu-se de uma perspectiva de síntese que pudesse delinear de forma límpida e compacta, o caráter de sua

contribuição à história das idéias no Ceará e no Brasil. Talvez essa lacuna se explique mesmo pelo próprio caráter filosófico-histórico de sua obra.

Nesse sentido, sem pretender buscar uma síntese da obra de Thomaz Pompeu, até por não considerá-la necessária – pois anacrônico –, penso que a reflexão sobre algumas de suas contribuições, como as que são objeto deste trabalho, colhidas em momentos marcantes da vida do autor, permita tocar os tênues fios condutores de seu pensamento e as molas propulsoras de sua práxis.

Mais que explicar uma reclamada glória intelectual no cenário nacional, que Thomaz Pompeu não obteve, diferentemente de outros cearenses de sua geração, seus contemporâneos e companheiros de militância, como Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, Clóvis Beviláqua; cabe-nos caracterizar, não tanto nos limites deste trabalho, os fatores que o levaram a ficar no Ceará e a desenvolver seus trabalhos voltados para os diversos aspectos da vida cearense⁵, tratando especialmente da economia, recursos naturais, administração e política; pensando o Ceará de modo cosmopolita, mas ao mesmo tempo um tanto isolado do quadro de análise da realidade nacional.

Pensou Thomaz Pompeu, com grande erudição, a nossa realidade doméstica, assim lhe sobrando pouco tempo para as reflexões nacionais em sua extensão e complexidade. Impulsionava-o a perspectiva empirista-experimentalista de base anglo-saxônica que creditava ao conhecimento uma função prática, racional-instrumental, da ordem do pragmatismo, numa terra dominada pela cultura do diletantismo e do bacharelismo humanista-escolástico. Portanto, como veremos adiante, as linhas filosófico-históricas de seu pensamento estavam imbuídas de uma aplicação prática na política, no Estado e na sociedade; realidades a que o autor jamais se negou a influir com sua autoridade e erudição intelectuais.

I

Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, homônimo de seu pai, o influente e ilustre Senador Pompeu, nasceu em 1852, gozou de abastança intelectual nada desprezível, além de boa base material para seu sustento e projeção de seu status. Todavia, essas condições não

asseguram projeção intelectual a ninguém. Seus estudos iniciais em Fortaleza e no Rio de Janeiro, até sua formação em Direito, no Recife, proporcionaram-lhe os meios de aprendizado e as condições para sua atuação jornalística, política e literária.⁶

A década de 1860, no Brasil, no tocante ao quadro intelectual e ideológico, como informa Montenegro (1992, p. 61):

é fortemente marcada pelo conflito entre duas posturas: a cientificista, que apoiava o processo de modernização do País, e a tradicionalista católica, que se erguia contra a emergência envolvente das novas idéias, notadamente o Evolucionismo e o Positivismo, acompanhando as mudanças importantes que se davam no mundo da economia, da sociedade, procriando um novo perfil urbano, tornando-as predispostas ao cultivo de valores cosmopolitas, à aceitação de instituições arejadas pelo espírito secularizante. O que ensejava a arregimentação de intelectuais em grupos, propondo-se disseminar o que correntes européias elaboravam nos campos da Literatura, das Artes, da Filosofia, das Ciências.

A partir da década de 1870, Thomaz Pompeu se integraria, aliás, como elemento dinamizador, a uma plêiade de jovens de grande valor intelectual que despontariam no cenário cearense e nacional nos anos subseqüentes. Em 1872, juntamente com Rocha Lima, Capistrano de Abreu, Xilderico de Faria, Araripe Júnior e outros, funda a Academia Francesa. Verdadeiro centro filosófico-literário, a agremiação dispunha-se a difundir o positivismo e o evolucionismo através de autores como Comte, Buckle, Taine, Spencer, dentre outros. Das reuniões de estudo, das leituras e da vontade de intervir nas questões políticas e culturais de sua época, esse “círculo de moços estudiosos”, no dizer de Araripe Júnior, não tardou a fazer jornal, e “jornal tribuna”. (apud BARREIRA, 1986, p. 89). O contexto era de conflito aberto entre o clero ultramontano e a maçonaria brasileira, esta última considerada por Pompeu, “o refúgio do espírito novo”.

Em 1873, Thomaz Pompeu, João Câmara e Xilderico de Faria, fundam o jornal Fraternidade, aderindo os mesmos à Maçonaria e vinculando o periódico à Loja Fraternidade Cearense.⁷ No ano seguinte criam também a Escola Popular, escola aberta e livre, voltada para a população pobre e o nascente operariado.⁸ Nela proferiam conferências de alto nível

sobre temas e questões de relevância para a conjuntura do Brasil imperial, tais como “Liberdade religiosa” (Xilderico Araripe de Faria), “Religião” (Amaro Cavalcante), “Soberania Popular” (Thomaz Pompeu) e “Papado” (Araripe Júnior), dentre outras.

O conteúdo positivista de base positivista-evolucionista aliava-se ao declarado anticlericalismo, vertente desenvolvida mais detalhadamente no jornal *Fraternidade*.⁹ Deve-se observar ainda que, a alternativa da Escola Popular, além de ser, no dizer de Tristão de Ataíde “destinada a divulgar a instrução primária e cívica e a cultura em geral pelos operários e por todos os desamparados da fortuna”¹⁰, era uma resposta à opção educacional elitista desenvolvida pela igreja católica.¹¹ É nesse contexto que o jornal *Fraternidade* passa a publicar as conferências da Escola Popular, das quais destacaremos a de Thomaz Pompeu, “Soberania Popular”.

O texto *Soberania Popular* guarda uma característica marcante e delineadora da concepção de soberania desenvolvida pelo autor: a ênfase anticlerical. Inicia defendendo a necessidade de um “ensino mais largo e sob bases mais liberais para o povo”. Essa assertiva já antecipa as preocupações do autor com o estabelecimento do livre exame, do exercício da crítica como condição da civilização e do progresso. E é sobre o reconhecimento de que a sociedade se caracteriza pela relação movimento/inércia, força que a faz “gravitar em torno das idéias” e a “obriga a afastar-se de todo da tradição, que segundo o autor, a sociedade encontra os fundamentos da civilização, da história e o “desenvolvimento da soberania popular”.

É clara a demonstração da concepção comtiana de Thomaz Pompeu ao encarar a história pelo prisma da “lei dos três estados”. Assim, ao abordar “as duas escolas em política que pretendem solver todos os problemas sociais”, o autor as classifica em teológica e metafísica. Trata-se da que “conhecemos como de direito divino, e a que recebeu o batismo de internacional ou comunismo”, respectivamente. “Uma fala ao coração em nome do sentimento religioso; a outra toca as fibras íntimas da alma em nome da fraternidade humana e do amor”. Para ele a escola teológica sacrifica a liberdade dos povos em troca da “água benta e das bulas dos pontífices”, enquanto a escola metafísica socialista “exige a dependência do indivíduo em

face da coletividade”. Rejeita a autoridade da abstração teológica “Deus” e da abstração metafísica “coletividade”.

Observando outras alternativas justificadoras da ordem social, o autor analisa o poder patriarcal, questionando sua legitimidade para além do espaço privado familiar. Também se opõe à teoria do inatismo que, no plano sócio-político, representaria uma consciência inata “do justo, do verdadeiro e do bom” que, congregados os homens, se objetivavam nos governos e instituições. Portanto, se posta contra a soberania nascida do “patriarcado”, do “mútuo consenso”, do “poder sobrenatural de deus” ou da “lei natural”. Considerando que “o homem está sempre em via progressiva”, acredita nas evoluções da matéria para a perfectibilidade, onde não entram a “vontade humana” nem a “vontade individual”.

Em seu entender mecanicamente positivista e organicamente evolucionista, a “civilização não é mais que o desenvolvimento espontâneo da mentalidade nas raças humanas”. De tal modo a necessidade impulsiona o desenvolvimento, a civilização que, apenas vencidas as barreiras da sobrevivência, é que vão bater-se os homens “nos campos da inteligência”, resultando daí a “a história das evoluções mentais, o desenvolvimento do poder do homem, a soberania social”. A soberania popular, bem entendida, agora, resulta da elevação material e mental da sociedade a tal ponto máximo que “o homem não admitirá que outro esteja acima de si”.

Voltando a inscrever a sociedade de seu tempo como ainda vítima do “domínio sacerdotal”, lastima o “despotismo religioso” assentado no “dogma terrível” do pecado original. Considera o “acordar dos povos”, na era positiva, como semelhante às revoluções telúricas das forças naturais. Para o jovem pensador, “desse esforço titânico brota um mundo de sublimes realidades” em que o homem chega, pelo trabalho, à consciência de sua verdadeira missão. “Em lugar de escravo, tem-no cidadão, em vez de beato ei-lo soldado”. Aqui, “a idéia humana prevalece sobre a idéia teológica. O homem deixando de ter padre, ou divindade não quer ser mais do que homem”.

Finaliza sua conferência, Thomaz Pompeu, historiando a Renascença e a Reforma “posto que ainda lembrem o período metafísico” como antecedentes imediatos da “fase positiva que atravessamos”. E reconhecendo que com o liberalismo e sua tripartição de poderes e perspectiva secularista, “o povo chega atualmente à posse dessa soberania que fora ocultada, em princípio, pelo padre e depois pelo soldado”.

Representando o padre e o soldado, o clericalismo e a ditadura positivista (ensaiada em alguns de seus elementos e em alguns movimentos da república brasileira), respectivamente; a soberania popular para Thomaz Pompeu enquadrava-se melhor na vertente evolucionista liberal spenceriana, que nas formulações políticas positivas dogmaticamente autoritárias do “socialismo” comtiano.

II

Em março de 1889, Thomaz Pompeu tomou posse como sócio efetivo no Instituto do Ceará. Passados os anos de intensa divergência entre o clero católico e a maçonaria que apaixonara os ânimos e atraíra “a mocidade pela sedução das idéias livres”¹²; assim como os anos de legislatura no parlamento imperial, Thomaz Pompeu achava-se homem na madureza e, embora envolto nas disputas políticas da implantação da República, seu reconhecimento intelectual já era fato incontestado.

No Discurso de posse, rito de passagem para a sacramentação intelectual no seio de uma instituição portadora e difusora de uma memória elitista e dominante, Pompeu Filho ocupa-se de questões filosófico-religiosas mais que propriamente questões históricas. Desfila uma argumentação que guarda uma linha de continuidade de sua perspectiva positivista-evolucionista e anticlerical, agora já mais assentada nas bases pragmáticas da filosofia utilitarista.

Para Perdigão de Oliveira, Thomaz Pompeu, a essa época, “tornou-se tolerante e até admirador do clero” do qual, “no Ceará ele não só honrava os seus dois últimos Bispos, como sacerdotes virtuosos e abnegados que conhecera”. E acrescenta:

A despeito do exclusivismo positivista de rejeitar todos os dados racionalismo metafísico, Thomaz Pompeu não conseguiu desembaraçar-se de todo da tara metafísica, e quando estudou Stuart Mill ficou satisfeíssimo por ver um dos mais geniais discípulos de Comte acolher com agrado o espiritualismo alemão [...] Ainda nesse ponto aceitava de preferência [...] a metafísica experimental e materialista [...] Não contestava que a fé, a crença no sobrenatural fosse um fenômeno físico tão poderoso quanto a própria razão. Chamaram-no de ateu, quando no seu íntimo, no seu pensamento ele cria em um Deus grande, universal, que resumia todas as forças ou atividades inerentes à matéria. Esta não poderia existir sem esta força, que a movia e sustentava. (OLIVEIRA, 1929, p. 32-33) .

Contrariamente, seu outro biógrafo, José Sombra, insiste que, embora espírito acolhedor, franco e tolerante, não o era tanto quando se tratava de idéias religiosas “nas quais só via superstições e inércia mental. A leitura de Taine e Renan instilou-lhe, como veneno sutil, essa forma de preconceito”. (SOMBRA, 1929, p. 71).¹³

A insistência de Thomaz Pompeu no trato das questões filosófico-teológicas o leva a questionar, no referido Discurso, sobre a possibilidade de seu “antecessor” pertencer à “legião dos *espíritos contentes*”, que se consideram de posse de toda a verdade, presos ainda à “crença dos primeiros anos” aprendida “num dado livro dos livros, evangelho de todos os conhecimentos”.

Os parágrafos se desenrolam com tal gravidade e firmeza que lembram o Pompeu Filho das páginas demolidoras do jornal Fraternidade. E nessa torrente, qual profissão de fé aos seus novos consórcios, pede vênias para externar “quão medíocre simpatia voto às inteligências que repudiam a faculdade de pensar para esperarem lhes desça a verdade num raio de divina inspiração, na doce indolência de espírito, característica da ignorância ou da fé”,¹⁴ como a demonstrar que naquele ambiente intelectual vicejava ainda o confronto entre as correntes de pensamento modernistas e as tradicionalistas.

Sua concepção progressista chocava-se com os que, de dentro e de fora do Instituto, “põe[m] a perfeição para além da vida presente [...] aquela pretensa perfeição é o repúdio de toda idéia de progresso, de toda noção de movimento”¹⁵ Disposto ainda a destronar os mitos religiosos do altar da ciência, da produção acadêmica, Thomaz Pompeu insurge-se contra as “pomadas miraculosas” da fé, que contagiam as inteligências e asfixiam o pensamento.

Ora, num discurso de uma solenidade com tais características o autor, mesmo desejando não ferir suscetibilidades, como afirmara, mantém acesa a chama de uma ciência em bases positivas. Suas estocadas nos “espíritos contentes”, mais que fruto de divergências pessoais – que talvez houvessem, e é preciso investigá-las –, reclamam lugar para a perspectiva científica despojada das fragilidades e entraves das tradições teológicas e metafísicas. Embora mais spenceriano que comtiano, o Thomaz Pompeu dessa época não abraza mão do arcabouço de Comte a ponto de, finalizando seus arrazoados de ordem filosófico-religiosos, reconhecer a possibilidade que “caminhe para uma fase de sincronismo universal nas religiões e nas ciências”.¹⁶

Entretanto, vê em seu tempo apenas a tendência ao “cosmopolitismo no mundo das idéias”, onde já se reconheciam que “as seitas religiosas ou filosóficas são inerentes ao temperamento de cada povo, ao seu modo particular de existir [...] filhas do meio em que evoluiu e da raça de cuja fonte deriva”.¹⁷

No terço final do Discurso, por assim dizer, reserva o autor algumas considerações à história, sobretudo em seu aspecto teórico-metodológico. Não se considera “apologista do que entre nós [Historiografia do Instituto? Historiografia brasileira?] se entende por *história*”, considerando incompreensível ou mesmo inútil o trabalho histórico de submeter “a memória ao peso dos fatos mal delineados, pelo afastamento em que estão do presente, e de medíocre importância para seu proceder ordinário”.

Thomaz Pompeu aponta, portanto, para uma concepção de história descolada da metafísica de “mestra da vida” e mais ancorada na instrumentalidade da razão, em uma objetividade temática e analítica que permita vislumbrar a cultura do presente, norteadora do “proceder ordinário”. Desse modo, encaminha-se para a conclusão do discurso condenando o “saber de cor de nomes de imperadores, tiranos, usurpadores, reis, etc (...) se não se pode penetrar no modo de sentir, de pensar, de crer, do viver moral e material dos povos”.¹⁸

Exorcizando o passadismo histórico de seus pares (!), conclama-os, na tarefa historiográfica, ao abandono das “indagações estéreis ou simplesmente deleitáveis” em nome da “ciência da vida e à do homem como ser social”. Enfatiza, porém, Montenegro (1996, p. 28),

que o naturalismo, o cientificismo de Tomás Pompeu, seguia, como não poderia deixar de ser de outra forma, uma diretriz epistemológica que o retinha aquém de indagações metafísicas, transcendentais, de perquirições marcadas pelo selo da interpretação que rasga horizontes para seu tempo, para o quadro mentalidade sua época, ainda preso ao factualismo, que alarga quantitativamente o conhecimento sem descer às estruturas que o vinculam, aos conjuntos harmoniosos ou interativos em que se movimenta.

No trabalho de historiador, esse atomismo social de Thomaz Pompeu se explica por sua pouca veneração pela história, a tal ponto que, segundo José Sombra, “Não nutria nenhum amor pelo passado [...] vendo nele apenas o *homo economicus*, na sua luta de adaptação social”. (SOMBRA, 1929, p. 70).

III

Em 1928, meses antes de sua morte, Thomaz Pompeu publica um longo artigo no jornal O Ceará, intitulado “Qual a melhor forma de governo? Aspirações reformadoras”.¹⁹ Já

homem de idade avançada, o autor lança uma espécie de balanço político das formas de governo monárquica e republicana, do presidencialismo, do sistema representativo, da democracia e da participação popular. Aqui, diferentemente dos outros dois trabalhos analisados, não encontramos referências sobre o valor da religião, assim como maiores verberações doutrinárias do positivismo e do evolucionismo spenceriano ou do psicologismo à moda de Stuart Mill que o autor tanto apreciou, embora não se possa enxergá-los na essência de suas propostas políticas.

Vê-se, claramente, um testamento político anti-republicano combinado com elementos do conservadorismo ou, talvez, para ser mais justo, um liberalismo-conservador. Pode-se perceber sua construção conceitual da “melhor forma de governo”, à medida que defende a tese das formas de governo como “produtos espontâneos”, deduzindo consequentemente que a “forma histórica é a melhor”. Sua visão gradualista, evolucionária se faz presente à medida que o autor reclama o peso da tradição contra a inutilidade das “formas impostas”, reforçando a verdade de que “as revoluções são contrárias à evolução”.

Numa clara diatribe com o regime republicano, que vira se implantar e no qual fora vítima de hostilidades de caráter político-administrativo, afirma em tom categórico:

Raramente depara-se a um povo a contingência de adotar uma forma de governo diferente do regime em que se educara e vivera. E quando, impelido pela força ou sugestões revolucionárias, aceita a que se lhe impõe, dificilmente o aparelho governamental daí resultante funciona regularmente a dar satisfação às necessidades da nação. Permanece como um corpo estranho, um furúnculo, uma excrescência, que traz enferma parte do organismo, que por vitalidade biológica será, mais cedo ou mais tarde eliminada, como nos tecidos animais, senão haja comprometido a existência nacional, com a perda de sua autonomia.²⁰

Mantendo sua linha filosófico-política, já presente em “Soberania Popular”, Thomaz Pompeu procura mostrar que o “voto popular não dá ciência”, que a soberania popular requer alargamento, expansão da vida mental e que a “ignorância popular” se afina com o “espírito igualitário” à medida que ignoram ou negam as “superioridades”. Pois:

A verdade é que a existência superior, intelectual e moral, as letras, as artes, se não são estranhas por completo à massa popular, chegam-lhe ao conhecimento deformadas em artigos de gazetas, ordinariamente demagógicos, parciais, apaixonados. As superioridades de qualquer natureza são contrária ao espírito igualitário.²¹

Seu espírito meritocrático intelectual o leva a comparar a política da Antiguidade e da era Moderna, no tocante à valorização do papel do governante-filósofo. Assim, “Se na antiguidade as democracias foram ciosas do merecimento pessoal, nas contemporâneas a superioridade moral e intelectual não logra subido valor”. E recorre a uma citação de Stuart Mill, quando este afirma:

É fato que na democracia americana, constituída sob novo modelo, os representantes da alta cultura, com exceção dos que estão dispostos a sacrificar as suas opiniões e modo de pensar e a se tornarem órgãos servis de seus inferiores em saber, não se apresentam ao Congresso, nem às legislaturas dos Estados, tão certo é que eles não têm probabilidades de serem escolhidos.²²

Estende sua “quase condenação dos regimes populares”, agravados que foram pelo “espetáculo dissolvente, compressor e absolutista dos soviets, última dinamização da pretensa ascensão popular à direção dos negócios públicos”. Isso, conclui o autor, comprova a falência do regime representativo e a gestação dos novos regimes “mais centralizados e enérgicos das ditaduras”, tal como se sucedia na Itália, Espanha, Portugal, dentre outros.

Coloca-se pois, contra as vertentes liberais exaltadas e românticas da popular à Rousseau, desculpando “a mocidade, que é levada pela sonoridade de palavras mágicas, de república, liberdade, perfectibilidade”, condenando os “velhos”, como Alfredo Naquet e Michelet, arrematando:

Verdade seja que essas proposições envelheceram de 80 anos, e presentemente os publicistas propendem, senão adotam o realismo em matéria de governo. É provável

que a experiência vá mostrando aos povos a necessidade de avigorarem o poder, de centralizá-lo, de se aproximarem da forma mais científica do governo. Qual seja?²³

Considerando-se o contexto histórico mundial e nacional em que se situa esse artigo de Thomaz Pompeu, fácil se torna reconhecê-lo como opinião simpaticamente autoritária-salvacionista da sociedade liberal-conservadora. O liberalismo-democrático acusado de romântico e a ascensão dos governos populares, no período entre guerras, são encarados pelo autor como cantos de sereia, sonhos fugazes que seduzem as massas ignorantes. Esclarece Oliveira (1929, p. 34) que,

Para ele o povo podia dizer o que precisava, mas não sabia como satisfazê-lo. Pedir, pois, à massa a solução dos complicados problemas sociais ou econômicos era, não só ilógico, como contrário ao objetivo colimado. Devia-se pois tratá-lo com carinho como se trata qualquer outro animal de estimação, mas nunca entregar-lhe a direção dos negócios públicos. [...] O povo significava o vulgo, a canalha barulhenta, inconstante no trabalho e no proceder, em parte viciada pelo álcool ou deprimente da energia, da vontade e do caráter.

Caberia, naquele momento, a primazia do “realismo em matéria de governo”. Maior centralização, maior avigornamento do poder, enfim, governos mais “científicos”, mais pragmáticos, mais concordes com a sociedade tecnológica e utilitária, onde se poderia realizar o estágio positivo na síntese harmoniosa entre vida física e vida moral.

Conclusões provisórias

Finalizando minhas reflexões, penso que estudar o papel desempenhado por Thomaz Pompeu no cenário intelectual cearense e brasileiro é tarefa ainda não realizada a contento. Suas biografias limitam-se em grande medida ao relato de suas empreitadas literárias e às suas colaborações na tessitura da história cearense nos quadros do factualismo de refinada erudição. Resta aprofundar as sondas teórico-filosóficas para fazer emergir dos contextos e das idéias desenvolvidas e partilhadas pelo autor, o quadro de sua contribuição à história do pensamento político-social cearense e brasileiro.

Considerando que as bases filosóficas do pensamento de Thomaz Pompeu não diferiam da média da intelectualidade de seu tempo, cabe-nos empreender a investigação de sua peculiaridade, da extensão e limites de sua contribuição histórica, política, sociológica e filosófica no sentido da construção de uma sociedade moderna no Ceará.

As “preferências de seu espírito” pelas ciências que concorrem para o desenvolvimento mental e material do homem, trazendo-lhe “riqueza, conforto e felicidade”, na opinião de José Sombra, parecem dar-nos o mote para melhor enquadramento da perspectiva sociológica thomaziana.

Debatia-se, o autor, num ambiente marcado pelo deleite e vaidade intelectuais, muitas das vezes vazio e efêmero. Ambiente onde a vertente empírico-experimentalista era preterida em nome do impressionismo e do metafisicismo bacharelesco. Portanto, tal postura pragmática na construção da ciência trazia, em seu bojo, os elementos da contradição com o ambiente e com seus pares, o que de resto o autor encontraria também em outras regiões brasileiras se para elas se tivesse voltado.

Por fim, seu pensamento, equilibrando-se no fiel contraditório da balança entre progresso e tradição, nos revela mais que uma biografia muito particular de “um padrão de cultura sem confronto entre nós”, mas individualidade representativa de um estágio na configuração do pensamento social e político cearense, na interface dos séculos XIX e XX.

REFERÊNCIAS

BARATA, Alexandre M. **Luzes e Sombras. A ação da maçonaria brasileira (1870-1910).** Campinas:Editora da Unicamp/Centro de Memória Unicamp, 1999.

BARREIRA, Dolor. **História da Literatura Cearense**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1948, v.1. (Edição Fac-similar, 1986).

BRASIL, Thomaz P. de S. Discurso por ocasião de sua posse de sócio efetivo. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Tomo Especial, 1929, p.80-86.

CORDEIRO, Celeste. O Ceará na segunda metade do século XIX In: SOUZA, Simone (Org.) **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p.135-161.

MONTENEGRO, João A de S. **O Trono e o Altar. As Vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará (1817-1978)**. Fortaleza: BNB, 1992.

_____. **História das idéias filosóficas da Faculdade de Direito do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1996.

NEVES, Berenice A. de C. **Intrépidos Romeiros do Progresso: Maçons cearenses no Império**. Fortaleza: UFC (Dissertação de Mestrado em Sociologia), 1998.

OLIVEIRA, João B. P. de. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil. (Notas sobre sua vida). **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Tomo Especial, 1929, p.11-34.

SOMBRA, José. A figura de um pensador. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Tomo Especial, 1929, p.66-72.

NOTAS

¹“Com efeito, a ilustração enciclopédica era o traço mais saliente de sua cultura, ilustração que não importava num esforço meramente livresco tão do gosto nacional [...]. A contrário, o que orientava a inteligência de Thomaz Pompeu era um critério rigorosamente objetivo. Nada repugnava tanto ao seu temperamento mental como as puras construções ideológicas, sem nenhum apoio na realidade dos fatos”. (SOMBRA, 1929, p. 66).

Optei por atualizar a ortografia nas citações dos trabalhos analisados e nas referências bibliográficas, em nome da objetividade e da clareza.

² O jornal *Fraternidade* publicara a conferência de Thomaz Pompeu em seis edições, entre 25 de agosto e 3 de novembro de 1874.

³ Discurso de posse de sócio efetivo no Instituto do Ceará, em 12 de março de 1889.

⁴ Qual a melhor forma de governo? *Aspirações reformadoras*. O Ceará. Fortaleza-Ce, 7 jun. 1928.

⁵ Essa tendência já está clara nos idos de 1894 quando, como membro fundador da Academia Cearense, participa com Guilherme Studart da elaboração de uma coletiva sobre o Ceará, a intitular-se “O Ceará em 1896”, da qual, do total de vinte e oito capítulos entregue a lumináres da intelectualidade cearense, Thomaz Pompeu de encarregaria exatamente dos capítulos “Clima e Salubridade”, “População”, “Agricultura”, “Criação”. (BARREIRA, 1986, p. 188-189). “Tendo mais aguçado o talento de analista do que o espírito de síntese, dirigiu, o ilustre escritor, a sua atividade mental, de preferência para os assuntos que demandavam pouco esforço especulativo, e por se só em raros trabalhos, discursos e ligeiros ensaios, é que ele definiu seu pensamento, antes por uma forma indireta e incidente do que com o propósito explícito de revelar sua compreensão do mundo. [...] As preferências de seu espírito era para as ciências que concorrem para desenvolver a capacidade mental e econômica do homem, proporcionando-lhe riqueza, conforto e felicidade. Instrução pública, higiene, economia

política, finanças, demografia, economia rural, etc. eis assuntos a que se entregava com indiscutível proficiência”. (SOMBRA, 1929, p. 68 e 70).

⁶ Inicia sua carreira jornalística em 1869, no O Cearense, de propriedade de seu pai, o Senador Pompeu, assumindo a sua direção até 1881, quando funda com Nogueira Accioly “A Gazeta do Norte”. No campo político, prossegue a carreira de seu pai no Partido Liberal, sendo eleito para das legislaturas de 1878 e 1881, afastando-se da política partidária após sua derrota e quase falência econômica no pleito de 1886 (OLIVEIRA, 1929). No terreno literário, destacou-se com um dos fundadores e primeiro presidente da Academia Cearense, em agosto de 1894, mais tarde denominada Academia Cearense de Letras.

⁷ No debate sobre a vinculação ou não do jornal Fraternidade com a Maçonaria, alio-me à opinião de que “os redatores do Fraternidade, João Brígido, Pompeu Filho, João Lopes, Xilderico de Farias e Araripe Júnior foram membros da loja Fraternidade Cearense, ou seja, vivenciaram o tipo de sociabilidade típico desse espaço, porque provavelmente enxergaram na Maçonaria desse período um *locus* privilegiado na sua formação política e intelectual. O jornal complementa, nesse sentido uma militância que já exerciam no espaço da loja”. (NEVES, 1998, p. 63).

⁸ “A Escola Popular é efetivamente um símbolo do vigor da vida intelectual no Ceará na segunda metade do século passado. Trata-se de uma iniciativa fiel à preocupação de Comte com a formação intelectual do proletariado: destinada aos pobres e operários, funcionava das seis e meia às dez da noite com memoráveis palestras e debates [...]. A Escola era efetivamente original. Tinha aulas de leitura dos jornais da terra, onde se faziam comentários políticos ao alcance do grande público, além de cursos de ensino da Constituição do Império”. (CORDEIRO, 2000, p. 154). Perspectiva diversa era a do laicato católico cearense, do jornal Tribuna Católica: “Alguns moços incrédulos instalaram uma Escola Popular nesta cidade, com o fim de inocular no povo rude a impiedade, no que são auxiliados pelos maçons da Loja Fraternidade Cearense...” E, de imediato, numa atitude que demonstra o reconhecimento do sucesso das conferências da Escola Popular, a Tribuna Católica, contra-ataca com “um plano de conferências a serem proferidas pelas figuras mais expressivas do clero e do laicato católico da capital” que, segundo o mesmo o periódico, “eram uma exigência dos católicos que solicitavam a refutação às idéias corruptoras [...]”. (apud CORDEIRO, 2000, p. 156).

⁹ O jornal Fraternidade, “emissário da Maçonaria”, tinha como principal interlocutor ideológico o jornal Tribuna Católica, editado pela diocese do Ceará, principal esteio do Tradicionalismo cearense, alimentado pelo erudito e militante, Manoel Soares da Silva Bezerra que, na década de 1860, fora “irrecusavelmente o ideólogo cearense que desenvolveu de forma sistemática as teses do Tradicionalismo, dando consistência a uma de suas correntes [...]”. (MONTENEGRO, 1992, p. 62).

¹⁰ Apud BARREIRA (1986, p. 92).

¹¹ “A criação de escolas e de aulas noturnas para os filhos dos maçons e para as camadas populares procurava fortalecer uma identificação das lojas maçônicas como herdeiras das *Luzes*, libertadoras da consciência dos homens e fiéis escudeiras no combate às *Trevas*, representadas pelo fanatismo da Igreja Católica”. (BARATA, 1999, p.139, grifo do autor).

¹² Apud BARREIRA (1929, p. 329).

¹³ Mas, nesse debate, é oportuna a opinião do próprio Thomaz Pompeu, no ano de 1895, desta feita, tratando da filosofia da Academia Cearense: “A *Academia* não visa derrocar as crenças solidamente firmadas, nem murchar nas estufas da ciência ou da fé a frescura, a graça inocente que essas sublimes ilusões dão às almas simples. Não, porque ela sabe que todas as idades, todos os corações têm o seu símbolo de amor, o seu credo íntimo. Ela não ignora que são baldadas as tentativas para precipitar a evolução humana, e que os povos, como os indivíduos, estão sujeitos à lei fatal do tempo [...]. Não, a nossa missão é de amor, de simpatia por todos os princípios que fizeram ou fazem a suma do pensamento filosófico ou religioso [...] É um campo aberto a todos os romeiros da inteligência, no centro do qual ergue-se o altar da única divindade, que adoramos – *A Tolerância*”. (apud BARREIRA, 1986, p. 190-191, grifo do autor).

¹⁴ Discurso ... op. cit. p. 81.

¹⁵ Discurso ... Idem. p. 82.

¹⁶ Discurso ... Idem. p. 83.

¹⁷ Discurso ... Idem. p. 84.

¹⁸ Discurso ... Idem. p. 86

¹⁹ O Ceará. Fortaleza-Ce, 7 jun. 1928.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

²² Idem.

²³ Idem.